

LINKEDPAY – SOCIEDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE
PAGAMENTOS, LDA



Relatório de Gestão e Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2025

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É com enorme satisfação e sentido de responsabilidade que apresentamos o balanço do exercício de 2025, ano que, apesar das adversidades do cenário macroeconómico global e nacional, se revelou um período de superação, inovação e crescimento para a nossa Instituição.

Em 2025, enfrentámos um contexto global desafiador, marcado por uma economia mundial em lenta recuperação e por tensões geopolíticas que afectaram diversas regiões do planeta. A inflação elevada, as flutuações nos mercados de energia e as interrupções nas cadeias de fornecimento globais impuseram desafios consideráveis às empresas em todo o mundo. No entanto, conseguimos manter-nos resilientes e, através de uma gestão cautelosa e estratégica, mitigar os impactos negativos dessas turbulências.

No contexto de Angola, em especial, o ano de 2025 foi também marcado por um cenário de ajustamentos económicos, com o país envolvido numa gestão contínua da volatilidade dos preços do petróleo — o principal motor da nossa economia. A busca pela diversificação económica, o fortalecimento de sectores como a agricultura, a indústria e os serviços, bem como a contínua implementação de reformas estruturais, foram alguns dos factores que impactaram positivamente a actividade empresarial no país.

Nesse ambiente, a LINKEDPAY manteve um desempenho seguro, apoiado numa abordagem focada na eficiência operacional, na inovação e na adaptação rápida às mudanças do mercado. Apesar dos desafios, registámos um desempenho financeiro positivo em 2025, com o crescimento das nossas receitas, a expansão das operações e uma sólida rentabilidade. O nosso compromisso com a excelência, o foco nas necessidades dos nossos clientes e a capacitação constante da equipa foram os pilares que sustentaram este sucesso.

O período económico objecto do presente Relatório Anual foi assinalado pela implementação de projectos estratégicos de natureza estruturante. Tais iniciativas contribuíram de forma significativa para o robustecimento da competitividade institucional e possibilitaram a consolidação da nossa quota de mercado, numa conjuntura macroeconómica que, em determinados momentos, se revelou desfavorável e complexa. A nossa gestão tem-se pautado por uma abordagem prudente, com uma forte atenção à sustentabilidade financeira, aspectos que se reflectiram directamente nos resultados alcançados.

O ano de 2025 consolidou a posição da LINKEDPAY no mercado, fortalecendo o percurso a seguir. Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para expressar o nosso profundo agradecimento a todos os colaboradores, accionistas e parceiros que confiaram na nossa estratégia e nos ajudaram a superar os desafios. Com o empenho de todos, conseguimos transformar dificuldades em oportunidades, alcançar um desempenho exemplar e traçar um caminho sólido para o futuro.

Acreditamos firmemente que a LINKEDPAY está bem posicionada para enfrentar os próximos desafios, aproveitando as oportunidades que surgirão com a recuperação económica global e com as reformas em curso no nosso país. A nossa visão para o futuro é clara e, com o compromisso e dedicação de todos, seguiremos avançando com confiança, inovação e foco em resultados.

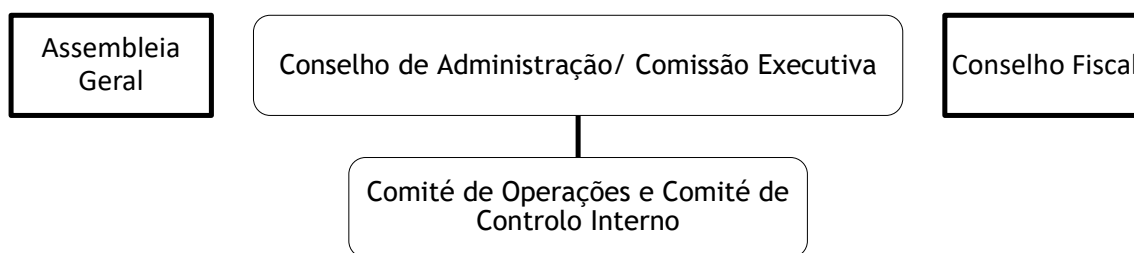
GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Em conformidade com o sistema de governo societário adoptado, à data do presente relatório, a estrutura da Instituição é integrada por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Auditor Externo.

A estrutura de governação é apoiada por dois comités especializados, vocacionados para assegurar, de forma permanente, a avaliação, o controlo, a monitorização e a tomada de decisão sobre os aspectos nucleares do sistema de governo, gestão de riscos, estratégia corporativa e indicadores de negócio da Instituição.

O modelo de governação implementado assenta nos princípios de uma gestão sã e prudente, promovendo o reforço da comunicação, da transparência e da articulação entre os órgãos de administração e fiscalização, titulares de funções-chave e demais responsáveis de topo.

A clara segregação de funções e a repartição de competências entre os órgãos sociais garantem o equilíbrio e a transparência indispensáveis ao bom funcionamento da Instituição. Deste modo, assegura-se uma supervisão contínua e eficaz da actividade, alinhada com os objectivos estratégicos de longo prazo, consolidando a confiança junto de clientes, accionistas, autoridades de supervisão, colaboradores e parceiros de negócio.



ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e por um Secretário, que podem ou não ser accionistas. O Presidente e o Secretário são eleitos na Assembleia Geral para mandatos renováveis de 3 (três) anos.

Para além das disposições previstas na Lei, compete em especial à Assembleia Geral:

- Discutir e aprovar ou modificar o balanço e os demais documentos de prestação de contas;
- Nomear os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal;
- Fixar Remunerações dos órgãos sociais;
- Alterar os estatutos da sociedade;
- Deliberar sobre os aumentos de capital e emissões de obrigações;
- Deliberar sobre a liquidação da sociedade;
- Tratar de qualquer outro assunto para qual tenha sido convocada.

A Assembleia Geral da Instituição representa a universalidade dos accionistas com direito a voto, nos termos legais e estatutários.

A Assembleia Geral reúne, ordinariamente, até 31 de Março de cada ano e, extraordinariamente, sempre que seja convocada com observância dos requisitos legais e estatutários.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A administração da Instituição é exercida por um Conselho de Administração, nomeado pela Assembleia Geral, constituído por 3 (três) Administradores Executivos.

No exercício das suas funções, os administradores utilizam as suas competências, qualificações e experiência profissionais para assegurar, em permanência e de forma responsável, uma gestão sã, efectiva e prudente da Instituição, respeitando as suas características, dimensão e complexidade da actividade prosseguida.

O Conselho de Administração possui um conhecimento adequado dos tipos de risco a que a Instituição se encontra exposta e das técnicas utilizadas para os avaliar e gerir eficientemente, sendo responsável pelo estabelecimento e manutenção de um sistema de Gestão de Riscos apropriado e eficaz.

As competências e as responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração são:

- Administrar os negócios da Instituição, representá-la em juízo e fora dele, e em todos os seus actos, termos e contratos;
- Nomear mandatários com os poderes que entender necessários, de entre accionistas ou pessoas estranhas à Instituição, para a prática de actos relacionados com os negócios sociais;
- Alienar ou onerar o património da Instituição;
- Obter empréstimos ou qualquer tipo de financiamento com interesse para os negócios sociais nas condições que entender mais convenientes, podendo prestar garantias reais ou pessoais que forem necessárias, devendo apenas comunicar a sua intenção com 5 dias de antecedência ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Nota de Salvaguarda: Se o parecer do Conselho Fiscal for negativo, deverá ser convocada de imediato uma Assembleia Geral para apreciação da matéria, e o Conselho de Administração só poderá praticar o acto após a deliberação da referida Assembleia.

O Conselho de Administração é o órgão social ao qual estão atribuídos os poderes de gestão e de representação da Instituição, podendo, sempre que entender, delegar a gestão corrente da Instituição num Administrador-Delegado.

Conselho fiscal

Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um membro suplente, sendo que a maioria dos membros deve ser considerada independente.

A fiscalização é exercida de forma conscienciosa e imparcial, dando conhecimento à Administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenham feito e do resultado das mesmas, participando nas reuniões do Conselho de Administração em

que haja apreciação das contas do exercício bem como a todas as outras para as quais seja convocado.

As competências e as responsabilidades atribuídas ao Conselho Fiscal são:

- Aprovar as contas da sociedade;
- Dar o seu parecer sobre eventual alienação de património pertencente a sociedade;
- Dar o seu parecer sobre o aumento do capital social;
- Fiscalizar o cumprimento da lei e dos estatutos, por parte dos membros dos restantes órgãos sócias.
- Dar o seu parecer sobre eventual alienação de património pertencente a sociedade;
- Dar o seu parecer sobre o aumento do capital social;
- Fiscalizar o cumprimento da lei e dos estatutos, por parte dos membros dos restantes órgãos sócias.

Audidores Externos

A nomeação do auditor externo é feita de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos pelo Conselho de Administração, sendo a sua actividade e independência supervisionadas pelo Conselho Fiscal e pelo Comité de Controlo Interno.

Governo Interno

Órgãos de Administração

Em termos organizativos, a Instituição apresentava, no final de 2025, uma estrutura alinhada com o modelo das três linhas de defesa, sendo o Conselho de Administração apoiado por um conjunto de áreas e, ainda, por uma comissão específica de gestão de risco, que teve como objectivo endereçar os diferentes temas relacionados com a gestão de risco da Instituição. Os responsáveis pelas funções-chave e pela primeira linha de reporte estão devidamente registados junto do BNA.

O modelo de governo da Instituição foi proposto para revisão em Novembro de 2025, constituindo como alterações mais relevantes:

- Criação de 2 (dois) Comitês: com o objectivo de permitir um nível intermédio de análise, avaliação e monitorização que faculte uma abordagem adequada e técnica relativamente a temas relevantes para a actividade da Instituição;
- Criação da Função de Gestão de Risco e Controlo Interno: delegando a função de gestão de risco para a entidade contratada.

Estrutura de Comitês

O Sistema de Governo da Instituição compreende 2 (dois) Comitês, que são órgãos auxiliares do Conselho de Administração encarregues do seguimento e apoio à actividade, com as seguintes competências:

- **Comité de Controlo Interno (CCI):** responsável pela prestação de apoio ao órgão de administração na análise e decisão de temas relacionados com a política de gestão de risco na sua generalidade;
- **Comité de Operações (CO):** responsável por assegurar que as operações, incluindo a gestão das actividades, sejam adequadas e consistentes com a cultura da Instituição, em estrita conformidade com os requisitos legais e regulamentares em vigor.

Funções Chaves

As funções-chave estabelecidas no âmbito do sistema de governo são desempenhadas pelos seguintes órgãos e áreas da Instituição:

Gabinetes / Áreas	Área de Gestão de Risco	Área de Compliance	Área de Auditoria Interna
	Função Gestão de Risco	Função Compliance	Função Auditoria Interna
Funções Chaves			

Função de Gestão de Risco

A função de gestão de riscos é assegurada por uma área específica da Instituição dedicada a esta matéria, reportando diretamente à Presidente do Conselho de Administração. Atuando em estreita cooperação com as demais funções-chave, tem como missão garantir a eficácia de um sistema que identifique, quantifique, monitorize e mitigue os principais riscos que afetem, ou possam vir a afetar, a continuidade do negócio e/ou a solvência da Instituição, com especial enfoque nos riscos financeiros, operacionais e estratégicos.

Função de Compliance

A função de Compliance reporta diretamente à Presidente do Conselho de Administração, competindo-lhe prestar assessoria ao órgão de administração no que respeita ao estrito cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis. Cabe-lhe, igualmente, avaliar o impacto potencial de eventuais alterações legislativas na atividade da Instituição, bem como identificar e monitorizar o risco de desconformidade (*compliance risk*).

Esta função é responsável por reportar imediatamente ao órgão de administração quaisquer indícios de violação de normas legais, regulamentares ou de regras de conduta no relacionamento com clientes e partes relacionadas, bem como a preterição de deveres que possam fazer incorrer a Instituição ou os seus colaboradores em ilícitos de natureza criminal ou contraordenacional.

Subsequente à comunicação de tais ocorrências, a área de **Compliance** deve assegurar

um registo centralizado dos incumprimentos detetados, integrando as respetivas medidas propostas e adotadas para a sua efetiva mitigação e suprimento.

Função de Auditoria Interna

A Instituição tem evidenciado esforços para a conclusão do processo de implementação da função de auditoria interna de forma independente relativamente às restantes funções, mantendo uma linha de reporte ao mais elevado nível da organização, o Conselho de Administração.

A função de auditoria interna apresenta as seguintes responsabilidades:

- Efectuar o planeamento da auditoria, o exame e a avaliação da informação, bem como reportar os resultados da mesma de acordo com as directrizes da Administração e as normas internas, a fim de assegurar o rigor e o cumprimento das normas instituídas;
- Assegurar o apoio às Unidades, no âmbito de projectos específicos, tendo como objectivo a avaliação de circunstâncias relevantes sobre a actividade ou processo em análise, de forma a identificar melhorias operacionais e reduzir a exposição ao risco;
- Garantir a análise e a monitorização de casos especiais, de acordo com as solicitações da Administração ou perante situações de fraude iminente;
- Elaborar o Relatório Anual de Auditoria, contendo uma síntese dos principais problemas detectados e das recomendações emitidas nos trabalhos realizados, procedendo à sua apresentação ao Conselho de Administração e aos Órgãos de Fiscalização;
- Proceder à análise do grau de implementação das recomendações emitidas;

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

O ano de 2025 ficou marcado por um ambiente internacional particularmente volátil, caracterizado pelo recrudescimento das tensões comerciais e geopolíticas entre as principais potências económicas mundiais. As disputas tarifárias, a persistência de conflitos armados em curso e a incerteza nos mercados de *commodities* contribuíram para um clima de maior prudência na condução das políticas económicas globais, condicionando o crescimento mundial e a estabilidade dos mercados financeiros internacionais.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu relatório *World Economic Outlook* de 2025, estimou um crescimento global moderado, sinalizando que as economias emergentes e em desenvolvimento continuam a sentir de forma assimétrica os efeitos da volatilidade nos preços das matérias-primas, da instabilidade cambial e do endurecimento das condições de financiamento externo.

Na África Subsaariana, a trajectória de crescimento manteve-se positiva, mas desigual. O Banco Mundial estimou um crescimento médio de 4,1% para a região em 2025, desempenho que foi, no entanto, condicionado pela quebra das receitas de exportação de recursos naturais em vários países produtores de petróleo, entre os quais Angola.

INFLAÇÃO GLOBAL

A desinflação global consolidou-se em 2025, com a maioria dos bancos centrais das economias desenvolvidas a adoptar uma postura progressivamente mais acomodatória, após o ciclo de subidas de taxas de juro iniciado em 2022. Não obstante, em várias economias emergentes, incluindo Angola, as pressões inflacionistas mantiveram-se acima dos níveis considerados adequados, exigindo uma gestão cuidadosa da política monetária interna.

Fonte: FMI, *World Economic Outlook 2025*; Banco Mundial, *Global Economic Prospects*, Janeiro 2025.

Evolução das principais variáveis económicas

ECONOMIA NACIONAL

PRODUTO INTERNO BRUTO

O ano de 2025 ficou marcado por uma desaceleração do crescimento económico de Angola, após o desempenho assinalável de 2024. O Banco Nacional de Angola (BNA), na 127.ª reunião do seu Comité de Política Monetária (CPM), realizada em Janeiro de 2026, estimou um crescimento do PIB de 2,6% em 2025, reflectindo sobretudo a contracção do sector petrolífero, que registou uma quebra de 4,6%, e o crescimento moderado do sector não petrolífero, que expandiu 4,3%.

Este desempenho compara com um crescimento de 4,4% em 2024 (o nível mais elevado desde 2014), evidenciando o impacto da queda dos preços internacionais do petróleo e da redução da produção diária de crude sobre a actividade económica nacional.

Tabela 1. Variação do PIB Real - Angola (em %)

Sector	2022	2023	2024	2025 (Est.)
Sector Petrolífero	-5,3%	-2,1%	+3,8%	-4,6%
Sector Não Petrolífero	+3,9%	+4,1%	+4,8%	+4,3%
PIB Total	+3,0	+1,0%	+4,4%	+2,6%

Fonte: BNA, Comunicado da 127.ª Reunião do CPM, Janeiro de 2026 (bna.ao).

A economia angolana continua estruturalmente dependente do sector petrolífero, que representa cerca de 30% do PIB, mais de 65% das receitas fiscais do Estado e mais de 95% das exportações totais de bens. Esta concentração expõe o país a uma elevada vulnerabilidade face às oscilações dos preços internacionais do crude, gerando ciclos de expansão e contracção que dificultam o planeamento de médio e longo prazo.

O Banco Mundial, no seu relatório *Macro Poverty Outlook 2025*, projecta que o crescimento médio do PIB angolano se situe em 2,9% no período de 2025 a 2027. Este ritmo, sendo inferior à taxa de crescimento demográfico, será insuficiente para promover ganhos significativos no bem-estar da população, num contexto em que a taxa de pobreza permanece em torno dos 31% e o índice de Gini se situa em 51,3.

INFLAÇÃO

O processo de desinflação que se iniciou em meados de 2023 consolidou-se de forma consistente e sustentada ao longo de 2025, evidenciando a eficácia das medidas de política monetária adoptadas pelo BNA. A taxa de inflação homóloga desceu de forma gradual ao longo do ano, atingindo 15,7% em Dezembro de 2025 — o nível mais baixo em mais de dois anos —, o que compara com os 27,5% registados no final de 2024 e com o pico de 31,1% verificado em períodos anteriores.

Tabela 2. Evolução da Taxa de Inflação Homóloga - Angola (em %)

Período	Taxa Homóloga
Dezembro 2023	20,0%
Junho 2024	28,1%
Dezembro 2024	27,5%
Junho 2025	21,7%
Setembro 2025	18,88%
Outubro 2025	17,43%
Novembro 2025	16,56%
Dezembro 2025	15,7%

Fonte: BNA, Comunicados do CPM — 125.^a, 126.^a e 127.^a Reuniões, 2025 e 2026 (bna.ao).

Política Monetária e Mercados Financeiros

POLÍTICA MONETÁRIA

Em resposta à trajectória de desinflação, o Comité de Política Monetária do BNA adoptou, ao longo de 2025, uma postura progressivamente mais acomodatória, realizando dois cortes na Taxa BNA ao longo de cinco reuniões, que totalizaram uma redução de 100 pontos base. A Taxa BNA iniciou o ano em 19,5% e encerrou o período em 18,5%, após as reduções decididas nas reuniões de Setembro e Novembro de 2025.

Em simultâneo, o Coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda nacional foi reduzido de 21% para 18%, libertando aproximadamente 100 mil milhões de kwanzas de liquidez no sistema bancário, com o objectivo de estimular o crédito à economia e apoiar a actividade do sector privado.

Tabela 3. Evolução das Taxas de Intervenção do BNA (em %)

Instrumento	Dez 2023	Dez 2024	Dez 2025
Taxa BNA	18,00%	19,50%	18,50%
Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez	19,00%	20,50%	19,50%
Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez	15,00%	18,50%	16,50%
Coeficiente de Reservas Obrigatórias (MN)	21,00%	21,00%	18,00%

Fonte: BNA, Comunicados das 125.^a, 126.^a e 127.^a Reuniões do CPM, Setembro e Novembro de 2025 e Janeiro de 2026 (bna.ao).

MERCADO CAMBIAL E RESERVAS INTERNACIONAIS

O mercado cambial registou, em 2025, uma evolução favorável, com o kwanza a manter uma trajetória de depreciação moderada e controlada. A oferta regular de divisas no mercado cambial primário cresceu 23,0%, passando de 7.895,84 milhões de dólares para 9.689,54 milhões de dólares, o que contribuiu decisivamente para a estabilidade da taxa de câmbio ao longo do exercício. A oferta global de divisas totalizou 12.003,06 milhões de dólares.

O saldo da conta de bens atingiu 14.014,68 milhões de dólares em 2025, o que compara com os 22.604,80 milhões de dólares verificados no período homólogo de 2024, representando uma redução de 38,0%. Este resultado perfez-se devido ao decréscimo das exportações em 19,14% — reflexo da queda dos preços e da produção petrolífera — e ao aumento das importações em 10,90%.

As Reservas Internacionais fixaram-se em 15.903,69 milhões de dólares no final de 2025, correspondendo a um grau de cobertura de 7,6 meses de importações de bens e serviços. Este nível é considerado confortável pelas autoridades monetárias e situa-se claramente acima dos referenciais mínimos recomendados pelas instituições financeiras internacionais.

Tabela 4. Evolução das Taxas de Câmbio de Referência (SPOT)

Dívida	Dez 2023	Dez 2024
USD / AKZ	828,800	912,000
EUR / AKZ	915,990	949,483
GBP / AKZ	1.053,917	1.143,574
ZAR / AKZ	45,056	48,549

Fonte: BNA, Comunicado da 127.^a Reunião do CPM, Janeiro de 2026 (bna.ao).

CRÉDITO À ECONOMIA

O agregado monetário M2 cresceu 15,89% em termos acumulados durante o ano de 2025, uma evolução que se posicionou em linha com o comportamento do nível geral de preços.

O stock de crédito à economia em moeda nacional atingiu 7,37 biliões de kwanzas em Dezembro de 2025, o que representa uma expansão acumulada de 22,55% face a Dezembro de 2024. Em termos absolutos, este crescimento equivale a um incremento de 1,36 biliões de kwanzas, reflectindo a maior disponibilidade de liquidez no sistema bancário resultante da redução do Coeficiente de Reservas Obrigatórias.

**LINKEDPAY – SOCIEDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE
PAGAMENTOS, S.A**



Notas às Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de Dezembro de 2025

Luanda - 2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
2.1. Base de apresentação	10
2.2. Base de valorimetria específica.....	10
2.2.1. Especialização do exercício	10
2.2.2. Transacções em moeda estrangeira	11
2.2.3. Imobilizações financeiras	11
2.2.4. Imobilizações corpóreas e incorpóreas	12
2.2.5. Caixa e seus equivalentes.....	13
2.2.6. Redução no valor recuperável de activos (imparidade).....	13
2.2.7. Impostos	13
2.2.8. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas.....	14
2.2.9. Outras matérias.....	15
3. Disponibilidades.....	15
4. Aplicação de Liquidez. (Não Aplicável).....	16
5. Valores Em trânsito.....	16
6. Créditos. (Não Aplicável).....	16
7. Outros Valores.....	16
8. Imobilizado Corpóreo	18
9. Imobilizado Incorpóreo.....	18
10. Outras Captações. (Não Aplicável).....	18
11. Outras Obrigações.....	18
12. Credores Diversos. (Não Aplicável).....	20
13. Provisões para responsabilidades prováveis. (Não Aplicável).....	20

14. Capital Social.....	20
15. Prestações Assessorias.....	21
16. Resultados.	21
17. Resultado do Exercício.....	21
18. Provento de Deposito a Prazo. (Não Aplicável).....	22
19. Proveitos de Créditos. (Não Aplicável).....	22
20. Custo de Outras Captações. (Não Aplicável).....	22
21. Resultado de Intermediação Financeira.	22
22. Custo com Pessoal.....	23
23. Fornecimento e Serviços de Terceiros.....	23
24. Depreciação e Amortização	24
25. Impostos e Taxas Não Incidente sobre o Resultado.	24
26. Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras.....	24
27. Outros Custos e Proveitos Operacionais.	25
28. Partes Relacionadas.....	25
28.1. Enquadramento e Estado Actual.....	25
28.2. Plano de Implementação.....	26
28.3. Riscos e Oportunidades.	26
28.4. Acções em Curso	26
29. Indicadores Financeiros.	27
29.1. Apresentação dos Indicadores Financeiros.....	27

1. INTRODUÇÃO.


O exercício económico de 2025 foi encerrado em 31 de dezembro de 2025. Neste contexto, apresentamos as presentes notas às contas, nas quais expomos os esclarecimentos e comentários considerados necessários para uma melhor compreensão dos movimentos registados na Contabilidade Financeira, de acordo com o Plano de Contas das Instituições Financeiras Não Bancárias (PCIFNB).

Procurámos assegurar a máxima clareza na descrição das operações contabilísticas, bem como destacar os principais eventos e factos relevantes ocorridos ao longo do exercício de 2025.

BALANÇO PATRIMONIAL.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro 2024.

Balanco Patrimonial Dezembro 2025		(Milhares de Kwanzas)			
ACTIVO	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variacao	%
Caixa		0	2	(2)	100%
Disponibilidades	3	116 801	82 173	34 627	42%
Aplicações De Liquidez	4	0	0	-	
Recurso de Terceiros em Transitio	5	0	10 000	(10 000)	-100%
Créditos	6	0	0	-	
Outros Valores	7	80 816	4 485	76 331	1702%
Imobilizações		63 306	63 727	(421)	-1%
Imobilizações Corpóreas	8	18 386	0	18 386	100%
Imobilizações Incorpóreas	9	44 920	63 727	(18 807)	-30%
Total do Activo		260 922	160 388	100 535	63%
PASSIVO					
Outras Captações	10	-	0	0	
Outras Obrigações	11	109 748	39 199	70 549	180%
Credores diversos	12	-	-	0	
Provisões Para Responsabilidades Prováveis	13	-	-	0	
Total do Passivo		109 748	39 199	70 549	180%
Capital Social	14	70 000	70 000	-	100%
Prestações Acessórias	15	126 664	126 664	0	100%
Resultados Transitados	16	(75 476)	(65 090)	(10 386)	16%
Resultado do Exercício		29 986	5 967	24 019	403%
Resultados Não Operacionais	17	-	(16 353)	16 353	-100%
Total de Capital Próprio		151 174	121 188	29 986	25%
Total do Passivo + Capital Próprio		260 922	160 388	100 534	63%
LUCRO POR ACÇÃO		60	-21	81	





Carla Denise José Bettencourt Alberto Mauro Alexandre Capon Valdez Quartin

PCA

ADM. Financeiro

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro 2024.

Demonstrações Financeiras Dezembro 2025		(Milhares de Kwanzas)			
	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Deposito a Prazo	18	-	-	-	
Proveitos de Créditos	19	-	-	-	
Custos de Outras Captações	20	-	-	-	
Margem Financeira		-	-	-	
Resultado de prestação de serviços financeiros	21	368 141	167 358	200 783	120%
Resultado de Intermediação Financeira		368 141	167 358	200 783	120%
(-) Custos com pessoal	22	(76 946)	(25 582)	(51 364)	201%
(-) Fornecimentos e serviços de terceiros	23	(217 198)	(106 909)	(110 289)	103%
(-) Depreciações e amortizações do exercício	24	(18 821)	(18 652)	(169)	1%
(-) Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	25	(18 373)	(10 282)	(8 091)	79%
(-) Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	26	(300)	-	(300)	100%
Outros proveitos e custos operacionais	27	(6 516)	34	(6 550)	-19266%
Mais- Valias- Ganhos nas Imobilizações	28	-	-	-	
Resultado Operacional		29 986	5 967	24 019	403%
Resultado Não Operacional		-	(16 353)	16 353	-100%
Resultados antes de impostos e outros encargos	29	29 986	5 967	24 019	403%
Resultado Líquido individual do exercício		29 986	(10 386)	19 600	389%



Carla Denise José Bettencourt Alberto

PCA



Mauro Alexandre Capon Valdez Quartin

ADM. Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro 2024.

Demonstração de Fluxo de Caixa		(Milhares de Kwanzas)		
		31.12.2025	31.12.2024	Variação %
I	Fluxo de Caixa da Margem Financeira (II+III)	-	-	-
II	Recebimentos de Proventos de Instrumentos Financeiros Activos (1+2+3+4)	-	-	-
III	(-) Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (5+6+7+8+9)	-	-	-
VI	Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	368 141	167 359	200 782 120%
VIII	FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (I+IV+V+VI+VII)	368 141	167 359	200 782 120%/
IX	FLUXO DE CAIXA DOS RESULTADOS COM MERCADORIAS, PRODUTOS E OUTROS SERVIÇOS	-	-	-
10	(-) Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	(224 319)	(132 492)	(91 827) 69%
11	(-) Pagamentos de Outros Encargos sobre o Resultado	(18 673)	(10 281)	(8 392) 82%
12	Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos	-	-	-
13	Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações	(94 008)	(110 532)	16 524 -15%
15	Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proventos Operacionais	(6 516)	33	(6 549) 101%
X	RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS (10+11+12+13+14+15)	(343 516)	(253 272)	(90 244) 36%/
XI	FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES (VIII+IX+X)	24 625	(85 913)	110 538 -129%/
16	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez	-	-	-
17	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	-	-	-
XII	FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (16+17+18+19+20)	-	-	-
XIII	FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES	-	-	-
21	Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações	-	-	-
23	Fluxo de Caixa dos Outros Ganhos e Perdas Não-Operacionais	-	(16 353)	16 353 -100%
XIV	FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES (21+22+23)	-	(16 353)	16 353 -100%/
XV	FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS (XII+XIII+XIV)	-	(16 353)	16 353 -100%/
29	Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações	-	-	-
XVI	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (24+25+26+27+28+29)	-	-	-
XVII	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM MINORITÁRIOS	-	-	-
30	Recebimentos por Aumentos de Capital	-	-	-
XVIII	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM FUNDOS PRÓPRIOS (30+31+32+33+34)	-	-	-
XIX	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	-	-
XX	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS (XVI+XVII+XVIII+XIX)	-	-	-
	SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	82 176	20 090	62 086 309%
	SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO	116 801	82 176	34 625 42%
	VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES (XI+XV+XX)	24 625	(102 266)	126 891 -124%/

Carla Bettencourt

Carla Denise José Bettencourt Alberto

Mauro Alexandre Capon Valdez Quartin

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro 2024.

Fluxo de Caixa	2025	2024	Variação	%
VIII - Fluxo de Intermediação Financeira	368 141	167 359	200 782	120%
X - Outros Custos/Proveitos Operacionais (X)	(343 516)	(253 272)	(90 244)	36%
XI - Saldo das Operações (XI)	24 625	(85 913)	110 538	-129%

Em 2025, o Fluxo de Intermediação Financeira aumentou significativamente para Kz 368.141 Milhares, mais 120% que em 2024 Kz 167.359 Milhares, indicando maior geração de caixa nas operações financeiras.

Os Outros Custos e Proveitos Operacionais registaram um custo de Kz 343.516 Milhares, registando aumento de 36% em relação a 2024 Kz 253.272 Milhares.

Apesar do aumento de custos, o Saldo das Operações passou de Kz 85.913 Milhares em 2024 para Kz 24.625 Milhares em 2025, representando uma melhoria de Kz 110.538 Milhares e mudança de resultado negativo para positivo.

Fluxo de Caixa	2025	2024	Variação	%
Saldo Inicial	82 176	20 090	62 086	309%
Saldo Final	116 801	82 176	34 625	42%

O Saldo Inicial de caixa aumentou de Kz 20.090 Milhares em 2024 para Kz 82.176 Milhares em 2025, representando um crescimento de 309%.

O Saldo Final também apresentou aumento, passando de Kz 82.176 Milhares em 2024 para Kz 116.801 Milhares em 2025, uma variação positiva de Kz 34.625 Milhares (42%), indicando melhoria na posição de caixa ao final do período.

MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a Demonstração de mutação.

(Milhares de Kwanzas)

	Capital	Reservas e Fundos	Prestação Acessória	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total Fundos Próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	70.000	-	85.664	-	-65.090	90.574
Aplicação do resultado líquido individual 2023:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-65090	-65.090
Resultado Líquido do Exercício de 2023	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício de 2024	-	-	-	-	-10.386	-10.386
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	70.000		126.664	-65.090	-10.386	121.188
Aplicação do resultado líquido individual 2024:						
Transferência para reserva legal	-	-	-	-	-	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-10.386	-	-10.386
Resultado Líquido do Exercício de 2024	-	-	-	-	10.386	10.386
Resultado Líquido do Exercício de 2025	-	-	-	-	29.986	29.986
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	70.000		126.664	-75.476	29.986	151.174

Carla Denise José Bettencourt

Alberto Mauro Alexandre Capon Valdez Quartin

PCA

ADM. Financeiro

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Base de apresentação.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Plano de Contabilidade das Instituições Financeiras Não Bancárias (PCIFNB), estabelecido pelo Instrutivo n.º 15/19, de 6 de Setembro, em vigor e regulado pelo BNA. Deste modo, as referidas demonstrações respeitam as características de relevância e fiabilidade, tendo sido elaboradas em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade e comparabilidade de saldos. Constituem a base das demonstrações de resultados o balancete, o balanço e o mapa de resultados por natureza.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Kwanzas (AOA / Kz). Os registos contabilísticos das suas operações têm por base, globalmente, o critério de valorização do custo histórico, sendo que cada rubrica indicará especificamente a valorimetria utilizada.

Em 31 de Dezembro de 2025, os activos da LINKEDPAY denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda nacional (AOA) à taxa de câmbio de referência em vigor na correspondente data de fecho do período.

	31-12- 2025	31-12-2024
USD/AOA	912,131	912
EUR/AOA	1057,707	963,17

2.1 Base de valorimetria específica.

Especialização do exercício.

Os proveitos e os custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando:

- a) Nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou for assumido um firme compromisso de efectivá-lo;
- b) Na extinção, parcial ou total, de um activo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior.
- c) Na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros.
- d) No recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando:

- a) Deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro.
- b) Pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo.
- c) Pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

Transacções em moeda estrangeira.

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multicurrency*", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção. Do mesmo modo, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do balanço.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem. Por sua vez, os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e registados ao custo histórico — excepto immobilizações financeiras — são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção.

2.2.2. Imobilizações financeiras.

✓ Participações em coligadas e associadas.

As participações em coligadas e associadas incluem as participações em empresas em que a Instituição Financeira detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respetivo capital votante (empresa coligada ou participada). Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual posteriormente é ajustado com base na percentagem efectiva da Instituição Financeira, nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

✓ Participações em outras sociedades.

As participações financeiras em outras sociedades, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição em Kwanzas, realizado no momento da efectivação do investimento, quer a realização tenha sido efectuada em moeda local, como em moeda estrangeira. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respetivas provisões.

Imobilizações corpóreas e incorpóreas.

Relativamente às imobilizações, procedeu-se à amortização a 31 de Dezembro de 2025, em cumprimento à legislação fiscal angolana. Para o efeito, utilizou-se o critério de reconhecimento e as bases de valorimetria específicas, com especial destaque para as regras relativas a Depreciações e Reintegrações do Activo Imobilizado.

Para o cálculo das amortizações e reintegrações, utilizou-se o método das quotas constantes, aplicando as taxas determinadas no Código do Imposto Industrial vigente na República de Angola, estabelecido pelo Decreto Presidencial n.º 207/15, de 5 de Novembro.

✓ Imobilizações corpórea.

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo histórico sendo as amortizações calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, utilizando-se as taxas fiscalmente permitidas de forma a reintegrarem os imobilizados no período estimado da sua vida útil, respectivamente.

✓ **Imobilizações Incorpóreas.**

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo histórico, sendo as amortizações calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, utilizando as taxas fiscalmente permitidas de forma a reintegrarem os imobilizados no período estimado da sua vida útil.

2.2.3. Caixa e seus equivalentes.

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o caixa e seus equivalentes compreendem os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a partir da data do balanço. Incluem-se nesse grupo o numerário e as disponibilidades mantidas em instituições financeiras.

2.2.4. Redução no valor recuperável de activos (imparidade).

A Sociedade avalia os seus activos periodicamente, tendo em vista a identificação de activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável. A Sociedade avalia a recuperabilidade dos valores devidos através da análise da degradação da qualidade creditícia do devedor.

2.2.5. Impostos.

O imposto industrial sobre o rendimento do exercício é determinado com base na taxa de 25% sobre o valor total dos resultados antes de impostos, ajustados em função dos acréscimos e deduções específicas constantes da legislação fiscal em vigor, conforme estipulado na Lei 19/14 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015 e conjugado com a Lei 26/20 de 20 de Julho. O imposto Industrial é objeto de liquidação provisória numa única prestação a ser efetuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais, independentemente da existência de matéria coletável no exercício.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2020 a 2024. É convicção do conselho de Administração de que não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios

atrás referidos venha a ocorrer e, caso tal ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

2.2.6. Principais estimativas associadas à aplicação das políticas contabilísticas.

As contas da Sociedade integram estimativas realizadas em condições de incertezas, contudo, não foram criadas reservas ocultas ou provisões excessivas ou, ainda, uma quantificação inadequada de activos e proveitos ou de passivos e custos.

O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese que resulte em menor património líquido, quando se apresentarem opções igualmente válidas diante dos demais princípios contabilísticos. Determina a adoção do menor valor para os componentes do activo e maior para os do passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o património líquido.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Sociedade efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciadas regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de provisões para o crédito concedido e outras provisões e impostos correntes e diferidos.

2.2.7. Outras matérias.

As informações constantes no balanço, foram extraídos dos registos contabilísticos gerado pelo balancete, no qual é o documento suporte para os relatórios da contabilidade, bem como de outras áreas transversais, deste modo, após validação dos dados e validação das informações, foi elaborado o balanço.

No mesmo constam informações referentes as disponibilidades, isto é, valores depositados em contas bancária s juntos dos bancos parceiros, bem como em caixa física, para suprir necessidades correntes, também constam informações dos valores adiantados a fornecedores e colaboradores bem como outros, aquisição de bens tangíveis e intangíveis, valores a pagar a fornecedores, empréstimos ou captação, capital social, resultados acumulados dos exercícios anteriores e o acumulado do resultados do exercício 2025.

Os principais critérios contabilísticos usados na preparação do Balanço e Demonstrações Financeiras, e análise do princípio da comparabilidade das mutações relevantes, que ocorreram durante o exercício em análise, estão explicadas detalhadamente, para o melhor entendimento.

Notas às Contas.

3. Disponibilidades.

ACTIVO	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Disponibilidades	3	116 801	82 176	34 625	42%
		116 801	82 176	34 625	42%

Esta rubrica, representa os valores em caixa (Fundo de Maneio), bem como as operações em bancos, a mesma está desagregada por funcionalidade de movimentação.

O montante total das operações ocorridas nos Bancos SBA subcontas de sequências 001, 002 e Fiduciária, BMA sequência 001 e 002, BFA sequência 001 e Fiduciária, BCI sequência 001, BAI sequência 001,

Dizer que, as operações constantes na Conta SBA e BFA Fiduciária, referem-se às operações de clientes para carregamento na plataforma digital.

Estas contas, são contas de transações DO no banco, destinadas a recebimento de valores de clientes usuários da aplicação Core / LPay, para a conversão de moeda electrónica.

Contabilisticamente, a referida rubrica é debitada sobre os aumentos 11030 / Activo, em contrapartida da rubrica 2803080 / Passivo.

A conta fiduciária, tem regras e normas de movimentação e gestão, segundo o Aviso 2/22 de 2 de Fevereiro, no seu Artigo 25.

A conta fiduciária deve ser exclusivamente para fins de emissão de Moedas eletrônicas, para livre movimentação dos legítimos detentores.

A reconciliação periódica desta conta é recomendada, no sentido de garantir fiabilidade e consistência no apuramento dos saldos e gestão prudente.

De acordo ao referido aviso, a conta fiduciária só pode ter em valor recebido dos seus clientes numa única Instituição Financeira Bancária , o equivalente ao capital social, sempre que este limite exceder o capital social, a LinkedPay deve depositar em outras Instituições Financeiras Bancárias, até ao limite de 25%".

4. Aplicação de Liquidez. (Não Aplicável).

5. Valor Em trânsito.

ACTIVO	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Recurso de Terceiros em Trânsito	5	-	10.000	(10.000)	-100%
			10.000	(10.000)	-100%

Nesta rubrica, estão registados os valores de terceiros em trânsito. O valor desta rubrica, corresponde ao aprovisionamento junto do BNA, para cobrir as transações efectuadas na aplicação Kwik, pelos clientes da LinkedPay.

6. Créditos. (Não Aplicável).

7. Outros Valores.

ACTIVO	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Outros Valores	7	80.816	4.485	76.331	1702%
		80.816	4.485	76.331	1702%

Esta rubrica, refere-se aos adiantamentos a fornecedores de bens e serviços realizados com base em faturas pró-forma. Quando o fornecedor emite a factura definitiva, o adiantamento é regularizado em contrapartida de resultado.

Conforme demonstrado na tabela acima, registou-se um aumento significativo comparativamente ao exercício anterior. A não disponibilização das facturas finais por parte dos fornecedores foi a razão principal para o acréscimo verificado nesta rubrica.

Imobilizações.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o movimento do imobilizado apresentava a seguinte composição.

MAPA DE REINTEGRAÇÕES E AMORTIZAÇÕES 2025 (Milhares de Kwanzas)

TOTAL RECURSOS TANGÍVEIS	Data	Aquisição Valor	Início Utiliz.	Vida Útil	Taxa	Amortização		2025	2024	2023	Total Acumulado	Valor Residual			
						Anual	Mensal						Amortização Acumulada 2025	Amortização Acumulada 2024	Amortização Acumulada 2023
Outras Ferramentas															
Material de Instalação Interior	4-dez-25	1.600	1-Jan-22	4	0,25	400	33	0	0	0	0	1.600			
Subtotal Ferramentas e Utensílios		1.600				400	33	0	0	0	0	1.600			
Equipamentos Informático															
Computador Dell 7280	27-nov-25	250	1-dez-25	3	0,33	83	7	7	0	0	0	243			
Computador Dell 7280	27-nov-25	250	1-dez-25	3	0,33	83	7	7	0	0	0	243			
Subtotal Equipamentos Informático		500				167	14	14	0	0	14	486			
Em Curso															
Pgto Salário-Comercio e Hotelaria Pro-f Pp 2025/3	26-ago-25	8.000		12,00	8%	640	53								
Pgto Olivera Kangu Contentor	6-nov-25	1.350		12,00	8%	108	9								
Pgto Seg. Prest Olivera Kangu Contentor	9-dez-25	1.350		12,00	8%	108	9								
Subtotal Obras e Outros Imob.em Curso		10.700				856	71	0	0	0	0	0			
TOTAL RECURSOS INTANGÍVEIS		98.859				14.652,59	1.221	18.807	18.652	10.880	29.688	50.520			
DESPESAS															
Despesas de Organização e Expansão	1-jun-23	93.259	30-jun-23	5,00	0,20	18.652	1.554	18.652	18.652	10.880	Org. Expansão	45.075			
SubTotal Restituição		93.259				18.652	1.554	18.652	18.652	10.880	29.532	45.075			
SOFTWARE															
Material de Instalação Interior	22-set-25	5.600	1-dez-25	3,00	0,33	1.867	156	156				5.444			
SubTotal Programas e Softwares		5.600				1.867	156	156			156	5.444			



Carla Denise José Bettencourt Alberto



Mauro Alexandre Capon Valdez Quartin

8. Imobilizações corpóreas.

Os itens abaixo registaram aumento de 100%, motivado pela necessidade de garantir melhorias nas condições de trabalho, no sentido de responder às exigências do mercado.

Imobilizado Corpóreo	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Varição	%
Equipamentos Informáticos e Electrónicos		500	-	500	
Outras ferramentas e utensílios	8	1.600	-	1.600	
Outras Imobilizações em Curso		10.700	-	10.700	
Amortização Acumulada		(14)	-	(14)	
		12.786	-	12.786	0%

9. Imobilizações incorpóreas.

Em 2025 face a 2024, não houve aquisição de bens referente aos itens a baixo.

Imobilizado Incorpóreo	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Varição	%
Gastos Com Expansão e Desenvolvimento		93.259	-	93.259	100%
Sistemas de Tratamento Automáticos de Dados (SOFTWARE)	9	5.600	-	5.600	100%
Gastos de Organização e Expansão		(18.807)	(18.651)	(156)	1%
		80.052	(18.651)	98.703	529%

10. Outras Captações. (Não Aplicável).

11. Outras Obrigações.

Outras Obrigações	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Impostos de Rendimento de Trabalho "IRT"		(1 988)	(728)	(1 260)	173%
Imposto Predial Urbano "IPU"- S/Rendas		(6 480)	(3 600)	(2 880)	80%
II Empresa-Prestação de Serviços (6.5%)		(2 121)	(216)	(1 905)	882%
IRT Empresa-Prestação de Serviços (10.5%)		(729)	-	(729)	
Timeboxed - ProxyPay		(6 088)	-	(6 088)	
Soares Nunes Auditoria		(1 750)	-	(1 750)	
Estimativa De Custo	11	-	(6 417)	6 417	-100%
Mobismart- Telecomunicações		(30 000)	-	(30 000)	
Credores Diversos - Aumento capital		(17 875)	-	(17 875)	
Devedora Linkedpay		(11 774)	(13 524)	1 750	-13%
Fiduciária SBA		(27 591)	(12 405)	(15 186)	122%
Subsídio de Natal Colaborador		(61)	(809)	748	-92%
Subsídio de Ferias Colaborador		(3 292)	(907)	(2 384)	263%
ISS 3% Trabalhadores		-	(61)	61	-100%
ISS 8% Empresas		-	(532)	532	-100%
		(109 748)	(39 199)	(70 549)	180%

- a) Na rubrica Credores pela Prestação de Serviços, registam-se as responsabilidades e obrigações a pagar a fornecedores de bens e serviços. Nesta conta encontram-se registados os valores em dívida para com os referidos fornecedores.
- b) A conta fiduciária, na óptica bancária, é uma conta de outros depósitos e transferências destinada exclusivamente à recepção e movimentação de fundos resultantes da emissão de operações financeiras ou de moedas electrónicas.
- c) Na óptica da instituição financeira não bancária, a conta fiduciária é uma conta aberta numa instituição bancária exclusivamente destinada a depósitos e transferências de fundos de terceiros para a emissão de moedas electrónicas. O objectivo é permitir a obtenção de serviços, bens e direitos oferecidos pela instituição detentora da referida conta, com base numa plataforma ou aplicação que congrega diversos serviços.

A instituição detentora da conta fiduciária disponibiliza uma aplicação ou plataforma que os clientes devem instalar nos seus *smartphones* ou equipamentos electrónicos, no sentido de acederem a operações tais como pagamentos de serviços diversos, transferências e levantamentos. Todas as operações que ocorrem na plataforma são controladas internamente pela Área de Operações da instituição. Estas operações devem ser integradas de forma automática na contabilidade, com base numa grelha contabilística predefinida, afectando as contas em estrita conformidade.

A instituição detentora da conta fiduciária deve disponibilizar os serviços na plataforma para usufruto dos clientes — sejam pessoas singulares, colectivas ou empresas. Para o efeito, os utilizadores devem transferir fundos das suas contas bancárias de Depósitos à Ordem (DO) para a plataforma, com recurso à aplicação instalada no seu equipamento. Esses valores terão reflexo directo na conta fiduciária domiciliada no banco e, deste modo, o cliente estará a carregar o seu *plafond* na aplicação para uso exclusivo em pagamentos de serviços na plataforma.

Esta operação de carregamento é efectuada de forma autónoma pelo cliente; da mesma forma, o utilizador pode retirar o dinheiro, transferindo-o de volta para a sua conta DO no banco, caso queira efectuar um levantamento. Em suma, os fundos de terceiros transferidos para a conta fiduciária são convertidos mediante a emissão da correspondente moeda electrónica. Esta conta funciona como o espelho de toda e qualquer operação que ocorre na aplicação, tendo impacto na contabilidade numa rubrica específica.

Para garantir os serviços na plataforma, a instituição detentora da conta fiduciária, bem como a aplicação, deve celebrar um contrato com as empresas fornecedoras de serviços, passando assim a actuar como um agente revendedor que auferirá um ganho pelas vendas efectuadas. Na operação de compra dos serviços na plataforma, o cliente paga uma comissão de acordo com a taxa da tabela de preços definida pela instituição e do conhecimento do Órgão Regulador. O referido valor é registado debitando-se a conta de Fundos de Terceiros em contrapartida da conta de comissões. Adicionalmente, existem ganhos transferidos pelas operadoras de serviços sob a forma de recargas; estas recargas são transformadas em comissões aquando da venda das mesmas pelo agente.

- d) A rubrica outros credores, corresponde a valores de suprimentos.
- e) A rubrica de Pessoal Salários e Outras remunerações, representa o valor a pagar a colaboradores a 31 de Dezembro.
- f) Os subsídios de férias e de Natal constituem um direito do colaborador, sendo calculados com incidência no salário base. Para o seu provisionamento, o valor total anual é dividido pelo número de meses correspondente a um ano. O duodécimo desta parcela é registado mensalmente na rubrica de encargos com pessoal (custos) em contrapartida da conta de passivo de curto prazo (Provisões ou Acréscimos de Custos), para posterior liquidação no período legalmente estabelecido.
- g) Esta rubrica Impostos, refere-se ao apuramento de impostos a pagar ao estado, assim sendo, na mesma estão registados os valores de impostos de retenção na fonte (Residentes), e IRT por conta própria Grupo B.

12. Credores Diversos. (Não Aplicável).

13. Provisões para responsabilidades prováveis. (Não Aplicável).

14. Capital Social

	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Capital Social	14	70.000	70.000	-	0%
		70.000	70.000	-	0%

Nesta rubrica, regista-se a responsabilidade dos accionistas pela integralização do capital social subscrito, bem como de aumento em espécie, ou seja, intenção, realização e aumento de capital dos sócios e ou accionistas.

No exercício 2025, não registou qualquer alteração ou mutação no capital social, mantendo-se o valor inicial.

15. Prestações Assessorias.

	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Prestações Assessorias	15	126 664	126 664	0	100%
		126 664	126 664	0	100%

16. Resultados Transitados.

	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Resultados Transitados	16	(75 476)	(65 090)	(10 386)	16%
		(75 476)	(65 090)	(10 386)	16%

17. Resultado do Exercício.

	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Resultado do Exercício	17	29 986	5 967	24 019	403%
		-	(16 353)	16 353	100%
		29 986	(10 386)	19 600	389%

Na rubrica de Resultados Transitados, regista-se o resultado líquido dos exercícios anteriores, ou seja, o somatório acumulado do desempenho financeiro de anos transactos. Conforme evidenciado na nota anterior, em 2025 a LinkedPay registou um resultado do exercício positivo face a 2024.

Importa referir que, nos termos do Artigo 35.º da Lei das Sociedades Comerciais de Angola e do Instrutivo n.º 15/19 do Banco Nacional de Angola, é estabelecido o princípio da continuidade, baseado na premissa de que a sociedade continuará a desenvolver normalmente as suas actividades no futuro previsível. Neste contexto, durante o exercício de 2025, foi realizada uma análise aos fundos próprios, com o objectivo de assegurar o cumprimento dos requisitos regulamentares aplicáveis às instituições financeiras.

Segundo o Aviso n.º 4/24, de 16 de Dezembro, as sociedades prestadoras de serviços de pagamentos devem possuir um capital de acordo com as alíneas a) e b) do n.º 2 do Artigo 18.º do Aviso n.º 2/22, de 2 de Fevereiro. Embora a LinkedPay esteja com o capital social integralizado conforme recomendado, o histórico dos resultados dos exercícios anteriores e correntes, bem como o valor do imobilizado e a conta fiduciária, agravam a situação líquida da Instituição. Esta conjuntura exige o aumento de capital social para fazer face aos Fundos Próprios Regulamentares, que se encontram abaixo do limite mínimo de 8%, e ao volume mínimo exigido em contas fiduciárias de 25% face ao capital social.

Assim sendo, a LinkedPay deve convocar uma Assembleia Geral com o objectivo de deliberar e aprovar um plano de acção para a regularização desta situação, através do respectivo aumento de capital.

18. Proveito de Deposito a Prazo. (Não Aplicável).

19. Proveitos de Créditos. (Não Aplicável).

20. Custo de Outras Captações. (Não Aplicável).

21. Resultado de Intermediação Financeira.

Demonstrações Financeiras	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Proveito de Prestação de Serviços			-	-	
Comissões de Prestação de Serviços	21	522.226	168.400	353.826	210%
Comissões e Custodia			-	-	
Custo de Comissões e Custodia		(154.086)	(1.042)	(153.044)	14684%
		<u>368.141</u>	<u>167.358</u>	<u>200.783</u>	<u>120%</u>

Na rubrica Resultados de Prestação de Serviços Financeiros, registam-se os proveitos e custos apurados na prestação de serviços financeiros no período.

Na rubrica prestação de serviços financeiros, estão registados os ganhos com comissões resultantes dos serviços prestados na plataforma e outras operações, tais como comissões administrativas, transações, levantamento, recargas, TV e transações STI Kwik. Em 2025, esta rubrica registou um aumento considerável relativamente ao exercício anterior. O mesmo foi fruto do aumento de usuários na aquisição e adesão dos serviços na plataforma, reflectindo a fiabilidade do segmento de negócio.

Na rubrica custo de comissão e custodia, estão registados os custos com despesas bancárias, fechos de TPA, e custo de comissões com agentes.

22. Custo com Pessoal.

Custo Com Pessoal	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Salário Base		(62.952)	(19.310)	(43.642)	226%
Seguro de Acidente no Trabalho		(1.223)	(682)	(541)	79%
Subsídio de Férias		(2.520)	(963)	(1.557)	162%
Subsídio de Alimentação		(1.577)	(358)	(1.219)	340%
Subsídio de Transporte	22	(1.189)	(1.078)	(111)	10%
Bónus de Performance		(270)	(268)	(2)	1%
Subsídio de Natal		(2.520)	(782)	(1.738)	222%
INSS 8% Empresa		(4.432)	(1.858)	(2.575)	139%
Encargos Saúde e Medicamentos		(261)	(282)	21	-7%
		(76.946)	(25.582)	(51.364)	201%

Na rubrica custo com pessoal, estão registados os custos, encargos, e despesas inerentes ao pessoal, tais como, abono familiar, subsídios de transporte, alimentação, férias, Natal, formação e outras remunerações e encargos.

Em 2025, a mesma registou um aumento considerável comparativamente a 2024, resultante da admissão de pessoal.

23. Fornecimento e Serviços de Terceiros.

Fornecimento de Serviço de Terceiro	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Comunicação		(13.411)	(3.285)	(10.126)	308%
Água e Energia		(405)	(225)	(180)	80%
Deslocação e Estada		(1.206)	(1.371)	165	-12%
Publicações, Publicidade e Propaganda		(2.344)	(56)	(2.289)	4101%
Segurança, Conservação e Reparação	23	(42.733)	(3.785)	(38.948)	1029%
Auditorias e Consultoria		(129.780)	(88.800)	(40.980)	46%
Seguros		-	-	-	-
Renda e Alugueres		(25.397)	(7.529)	(17.867)	237%
Material Diversos		(1.701)	(1.858)	157	-8%
Outros Fornecimentos e Serviços de Terceiros		(221)	-	(221)	-
		(217.198)	(106.909)	(110.289)	103%

Nesta rubrica, estão registados todos os custos incorridos pela instituição, referente a fornecedores de bens e serviços.

A referida rubrica registou uma variação de Kz 110.289 Milhares, face ao exercício anterior. Esta variação foi originada pelo aumento em 2025 das Subcontas, Auditoria e Consultoria, Segurança, Conservação e Reparação.

Foi registado custo com consultoria em serviços informáticos, referente ao acompanhamento, suporte e manutenção mensal do servidor e plataforma de suporte ao core-business da instituição.

24. Depreciação e Amortização.

Depreciação e Amortização	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Ar-Condicionados		(14)	-	(14)	
Sistemas de Tratamento de Dados (Software)		(156)	-	(156)	
Gastos de Organização e Expansão	24	(18.652)	(13.989)	(4.663)	33%
Outras Imobilizações Incorpóreas		-	(4.663)	4.663	-100%
		(18.821)	(18.652)	(169)	1%

Nesta rubrica, registam-se as reintegrações e amortizações do exercício corrente, com base no mapa de imobilizados, que espelha o valor dos bens e taxas, em conformidade com o Decreto Presidencial N°207/15 de 5 de Novembro.

O quadro apresenta a depreciação de activos tangíveis e amortização de intangíveis em 2025, comparado a 2024, mostrando um aumento de 1% (Kz 169 Milhares).

25. Impostos e Taxas Não Incidente sobre o Resultado.

Imposto e Taxa Não Incidentes Sobre o Resultado	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
(-) Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	25	(18 373)	(10 282)	(8 091)	79%
		(18 373)	(10 282)	(8 091)	79%

26. Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras.

Penalidades Aplicadas por entidades Reguladoras	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
(-) Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	26	(300)	-	(300)	100%
		(300)	-	(300)	100%

Nesta rubrica, estão registados os valores referentes ao IVA suportado, bem como IVM, IAC e IS.

Conforme demonstrado na tabela acima, em 2025 esta rubrica registou um aumento de Kz 8.391 milhares, o que corresponde a um crescimento de 82% relativamente ao exercício de 2024. Este acréscimo deveu-se à relação comercial com fornecedores de prestação de serviços enquadrados no Regime Geral do IVA, em estrita conformidade com o Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes.

27. Outros Custos e Proveitos Operacionais.

Proveitos e Ganhos Operacionais	Notas	31-12-2025	31-12-2024	Variação	%
Outros proveitos e custos operacionais	27	(6.516)	34	(6.550)	-19266%
		(6.516)	34	(6.550)	19266%

Nesta rubrica, estão registadas todas as operações referentes a diferenças de caixa, que podem ser custos e ou proveitos, bem como regularizações decorrentes da actividade corrente da instituição.

28. Partes Relacionadas.

Nos termos da IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas, e em conformidade com os requisitos do Instrutivo n.º 15/2019 de 06 de Setembro do Banco Nacional de Angola (PCIFNB), a Sociedade procedeu à identificação das partes relacionadas e das respectivas transações.

Em 31 de Dezembro de 2025, não foram identificadas outras entidades como “Partes Relacionadas”, com excepção dos sócios já mencionados nas notas anteriores, nomeadamente:

- ✓ Advanlink, Lda (sócio com 95% do capital social).
- ✓ Hongkun Wei (sócio com 2% do capital social).
- ✓ Angelo Filipe de Bastos Pereira da Gama (sócio com 2% do capital social).
- ✓ Celso Gilberto Lourenço (sócio com 0,50% do capital social).
- ✓ Mauro Alexandre Capon Valdez Quartin (sócio com 0,50% do capital social).

28.1. Enquadramento e Estado Actual.

A Sociedade reconhece a importância fundamental da gestão de riscos para a sustentabilidade e continuidade das suas operações. Neste contexto, a Administração comprometeu-se a implementar, de forma progressiva e rigorosa, um quadro abrangente de gestão de riscos que contemple os seguintes domínios:

- ✓ **Risco Operacional** - Decorrente de falhas em processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.
- ✓ **Risco de Liquidez** - Relacionado com a capacidade de cumprir obrigações financeiras no vencimento.
- ✓ **Risco de Compliance** - Associado ao incumprimento de leis, regulamentos e normas aplicáveis.
- ✓ **Risco Tecnológico e de Cibersegurança** - Inerente à natureza digital dos serviços prestados.

28.2. Plano de Implementação.

A Administração encontra-se a desenvolver um Manual de Políticas de Gestão de Risco, cuja implementação integral está prevista para o exercício de 2026. A Sociedade compromete-se a divulgar, nas demonstrações financeiras dos exercícios seguintes, informação mais detalhada sobre as políticas de gestão de risco implementadas.

28.3. Riscos e Oportunidades.

Pontos de Atenção:

- ✓ Crescimento dos custos operacionais em 2025.
- ✓ Reconciliação das operações Kwik (Sistema de Pagamento STC/SPTR vs STI Kwik).

28.4. Acções em Curso.

- ✓ Integração automática para a contabilidade das operações do Core, Emis sistema de pagamentos, STI Kwik.
- ✓ Controle dos custos administrativos.
- ✓ Cumprimento rigoroso, nos prazos de envio de repórter obrigatório ao BNA, Balancete trimestral via SSIF e via email o ficheiro 4SR.

29. Indicadores Financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro 2024.

(Milhares de Kwanzas)

Milhares de Kwanzas	31.12.2025	31.12.2024	Variações	
			Var Abs	Var %
Activo Total	260.923	160.387	100.536	62,7%
Crédito Bruto	-	-	-	0,0%
Fundos Próprios	151.174	121.188	29.986	24,7%
Margem Financeira	-	-	-	0,0%
Margem Complementar	368.141	167.359	200.782	120,0%
Custo de Comissões e Custódia	(154.086)	(1.359)	(152.727)	11238,2%
Custos de Estrutura₂	(312.966)	(151.144)	(161.822)	107,1%
Resultado Líquido	29.986	(10.386)	40.372	-388,7%
Rentabilidade do Activo (ROA)	11,5%	0,00%	-0,04%	0,00%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	19,8%	-8,60%	11,20%	-0,35%
Margem Financeira / Produto Bancário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Margem Complementar / Produto Bancário	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	123,34%	579,30%	-455,96%	-78,71%
Crédito Vencido/Crédito Bruto	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Provisões de Crédito/Crédito Bruto	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Provisões de Crédito/Crédito Vencido	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Número de Clientes	323.640	56.458	267.182	473%
Agências e Postos de Atendimento	1	1	-	0%
Nº Colaboradores	9	6	3	50%




Carla Denise José Bettencourt Alberto Mauro Alexandre Capon Valdez Quartin

PCA

ADM. Financeiro

29.1 . Apresentação dos Indicadores Financeiros.

Os indicadores financeiros são ferramentas fundamentais para avaliar o desempenho de um negócio. Permitem compreender se a actividade é lucrativa e sustentável, identificar riscos que podem ser mitigados e analisar a rentabilidade do capital investido no curto, médio e longo prazo.

No mapa apresentado, são destacados indicadores altamente relevantes, com especial enfoque no ROE (*Return on Equity* / Rentabilidade do Património Líquido) e no Rácio de Solvabilidade Regulamentar:

- ROE (Rentabilidade do Património Líquido): Este indicador mede a rentabilidade do capital próprio, permitindo avaliar o retorno obtido sobre os recursos investidos pelos accionistas e perceber a eficiência da empresa na geração de resultados ao longo do tempo.
- Rácio de Solvabilidade: Avalia a capacidade da Instituição em cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo, evidenciando o seu nível de solidez financeira.

Em 2025, o Activo Total registou um crescimento expressivo de 62,7%, atingindo Kz 260.923 milhares, enquanto os Fundos Próprios aumentaram 24,7% para Kz 151.174 milhares, reforçando de forma substancial a base de capital da Instituição.

A Margem Complementar registou um forte crescimento de 120%, alcançando Kz 368.141 milhares. Contudo, os Custos de Estrutura também aumentaram 107,10%, pressionando o Custo de Comissões e Custódia, que permaneceu negativo em Kz -154.086 milhares.

Apesar desta pressão sobre os custos, a inversão de tendência foi notória: o Resultado Líquido transitou de um prejuízo de Kz -10.386 milhares em 2024 para um lucro de Kz 29.986 milhares em 2025. O ROE fixou-se em -8,57%, reflectindo o processo de recuperação técnica em curso. Por sua vez, o rácio de solvabilidade manteve-se num nível bastante elevado de 123,3%, embora inferior ao registado no exercício de 2024.

A análise conjunta destes indicadores financeiros e macroeconómicos permite avaliar a solvabilidade da empresa, servindo de base fundamentada para apoiar as tomadas de decisão estratégicas, de gestão e de maximização da rentabilidade.

Em suma, a comparação do exercício de 2025 face a 2024 revela uma evolução marcadamente positiva, culminando no resultado contabilístico positivo de Kz 29.986 milhares.

Nota sobre o Impacto Fiscal: Importa referir que sobre o resultado fiscal do exercício irá incidir a taxa de 25% do Imposto Industrial, estimando-se um valor total a pagar ao Estado de Kz 12.165 milhares.


O Contabilista

